

SUMÁRIO



Prefácio à 1.ª edição	9
Apresentação à 1.ª edição.....	11

1

Parte Geral: Comércio e Empresa

1.1	Introdução	31
1.2	Conceito de direito comercial	33
1.3	Características distintivas do direito comercial no âmbito do direito privado.....	34
1.3.1	Simplicidade.....	34
1.3.2	Cosmopolitismo ou universalismo	34
1.3.3	Onerosidade	35
1.4	Fontes formais do direito comercial ou empresarial.....	35
1.5	Teorias formadoras do direito comercial ou empresarial	36
1.5.1	Teoria dos atos de comércio	36
1.5.2	Teoria da empresa	37
1.6	Formas de exercício da atividade empresarial	39
1.6.1	Exercício individual da empresa	39
1.6.2	Exercício coletivo da empresa.....	41
1.7	O empresário.....	41
1.7.1	Intermediação	43
1.7.2	Especulação com intuito de lucro	44

1.7.3	Profissionalidade	44
1.7.4	Capacidade	44
1.8	Da proteção constitucional à atividade empresarial: livre-iniciativa e livre concorrência	45
1.9	Da inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis	46
1.10	Condições para o exercício da atividade empresarial.....	47
1.11	Vedações ao exercício da atividade empresarial.....	48
1.11.1	Regimes tributários diferenciados	49
1.11.1.1	Microempreendedor individual (MEI)	49
1.11.1.2	Microempresa (ME) e Empresa de pequeno porte (EPP)	50
1.12	Obrigações comuns aos empresários, empresas individuais de responsabilidade limitada e sociedades empresárias	51
1.12.1	Da obrigatoriedade de inscrição no registro de empresas.....	51
1.12.1.1	Juntas comerciais	52
1.12.2	Da obrigatoriedade de manutenção dos livros empresariais ..	55
1.12.3	Da obrigatoriedade de confecção anual de balanço patrimonial	57
1.13	Empresário inativo	57
1.14	Empresário de fato	58
1.15	Agentes auxiliares da empresa.....	59
1.16	Estabelecimento empresarial	61
1.16.1	Definição	61
1.16.2	Características gerais.....	62
1.16.3	Elementos do estabelecimento empresarial	65
1.16.3.1	Bens corpóreos (móveis e imóveis)	65
1.16.3.2	Bens incorpóreos	65
1.16.3.2.1	Clientela e freguesia.....	65
1.16.3.2.2	Nome empresarial.....	66
1.16.3.2.3	Título de estabelecimento	71
1.16.3.2.4	Aviamento.....	72
1.16.3.2.5	Ponto comercial	72
1.16.3.2.6	Locação comercial ou locação empresarial	73

1.16.4	Trespasse e responsabilidade na alienação do estabelecimento empresarial.....	74
1.17	A empresa e o comércio eletrônico.....	76
1.18	A empresa e a proteção ao consumidor.....	78
1.18.1	Aspectos gerais.....	78
1.18.2	Direitos básicos do consumidor.....	79
1.18.3	Hipóteses de responsabilidade do fornecedor.....	81
1.18.3.1	Fornecimento perigoso.....	82
1.18.3.2	Fornecimento defeituoso.....	82
1.18.3.3	Fornecimento viciado.....	84
1.18.4	Publicidade.....	86
1.18.4.1	Publicidade enganosa.....	87
1.18.4.2	Publicidade abusiva.....	87

2

Direito Societário

2.1	Introdução.....	89
2.2	Pessoas jurídicas de direito público.....	89
2.3	Pessoas jurídicas de direito privado.....	90
2.3.1	Associações.....	90
2.3.2	Fundações.....	91
2.3.3	Sociedades.....	92
2.4	A personificação societária e as sociedades não personificadas.....	92
2.4.1	Sociedade em comum.....	93
2.4.2	Sociedade em conta de participação.....	94
2.5	Sociedades personificadas.....	96
2.5.1	Classificação das sociedades personificadas.....	96
2.5.1.1	Classificação quanto à natureza da sociedade.....	96
2.5.1.2	Classificação quanto à responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.....	97
2.5.1.3	Classificação quanto às formas de constituição societária.....	102
2.5.1.4	Classificação quanto às hipóteses de dissolução societária.....	108

	2.5.1.4.1	Aspectos gerais da dissolução parcial societária.....	110
2.6		Sociedades simples.....	114
	2.6.1	Tipos societários.....	115
	2.6.2	Constituição e deliberações sociais.....	115
	2.6.3	Responsabilidade dos sócios.....	117
	2.6.4	Administração social.....	118
	2.6.5	Sociedade cooperativa.....	120
2.7		Sociedades empresárias.....	121
	2.7.1	Tipos societários.....	121
		2.7.1.1 Sociedade em nome coletivo.....	121
		2.7.1.2 Sociedade em comandita simples.....	122
		2.7.1.3 Sociedade limitada.....	123
		2.7.1.3.1 Características gerais.....	123
		2.7.1.3.2 Administração social.....	125
		2.7.1.3.3 Nome empresarial.....	127
		2.7.1.3.4 Conselho fiscal.....	127
		2.7.1.3.5 Deliberações dos sócios.....	128
	2.7.2	Transformação, incorporação, fusão e cisão.....	133
2.8		Sociedade por ações.....	133
	2.8.1	Características gerais.....	133
	2.8.2	Classificação das sociedades por ações.....	134
		2.8.2.1 Sociedade por ações de capital aberto e sociedade por ações de capital fechado.....	134
		2.8.2.2 Sociedade de economia mista.....	134
		2.8.2.3 Subsidiária integral.....	136
	2.8.3	Capital social.....	136
		2.8.3.1 Aspectos gerais.....	136
		2.8.3.2 Formação do capital social: quotas <i>versus</i> ações....	137
	2.8.4	Constituição.....	139
		2.8.4.1 Constituição por subscrição particular.....	139
		2.8.4.2 Constituição por subscrição pública.....	139
	2.8.5	Títulos emitidos pela sociedade por ações.....	140

2.8.5.1	Ações	141
	2.8.5.1.1 Classificação das ações quanto à sua natureza	141
	2.8.5.1.2 Classificação das ações quanto à sua forma	142
2.8.5.2	Partes beneficiárias	143
2.8.5.3	Debêntures	144
2.8.5.4	Bônus de subscrição	144
2.8.6	Acionista	145
	2.8.6.1 Direitos essenciais dos acionistas	145
	2.8.6.2 O acionista e o direito ao dividendo	146
	2.8.6.3 Acionista controlador	147
	2.8.6.4 Acordos de acionistas	150
2.8.7	Órgãos sociais	151
	2.8.7.1 Assembleias gerais	151
	2.8.7.1.1 Assembleia geral ordinária (AGO)	153
	2.8.7.1.2 Assembleia geral extraordinária (AGE)	154
	2.8.7.1.3 Assembleias especiais	156
	2.8.7.2 Conselho de administração	157
	2.8.7.3 Diretoria	158
	2.8.7.4 Conselho fiscal	158
	2.8.7.5 Outros órgãos consultivos	160
2.8.8	Aspectos legais da administração das sociedades por ações ...	160
	2.8.8.1 Dever de diligência	161
	2.8.8.2 Dever de lealdade	162
	2.8.8.3 Dever de informar	162
	2.8.8.4 Dever de sigilo	162
	2.8.8.5 Responsabilidade dos administradores das sociedades por ações	163
	2.8.8.6 Ação de responsabilidade	163
2.8.9	Demonstrações financeiras	164
2.8.10	Dissolução das sociedades por ações	168
	2.8.10.1 Dissolução de pleno direito	168

2.8.10.2	Dissolução por decisão judicial.....	169
2.8.10.3	Dissolução por decisão de autoridade administrativa.....	169
2.8.11	Liquidação das sociedades por ações.....	169
2.8.11.1	Liquidação extrajudicial.....	170
2.8.11.2	Liquidação judicial.....	170
2.8.11.3	Liquidante.....	171
2.8.11.4	Assembleia geral.....	172
2.8.11.5	Pagamento do passivo, partilha do ativo e prestação de contas.....	172
2.8.11.6	Direito de credor não satisfeito.....	172
2.8.12	Extinção das sociedades por ações.....	173
2.8.13	Modificações na estrutura das sociedades por ações.....	173
2.8.13.1	Transformação.....	174
2.8.13.2	Incorporação.....	174
2.8.13.3	Fusão.....	174
2.8.13.4	Cisão.....	175
2.8.13.5	Regras comuns à incorporação, fusão e cisão.....	176
2.8.13.6	Direitos dos credores na incorporação ou fusão....	177
2.8.13.7	Direitos dos credores na cisão.....	177
2.8.14	Grupo de sociedades.....	178
2.8.15	Consórcio.....	179
2.8.16	Sociedade em comandita por ações.....	180
2.8.16.1	Características gerais.....	180
2.8.16.2	Administração social e responsabilidade dos administradores.....	180
2.8.16.3	Limitações da assembleia geral.....	181
2.9	Sociedades de grande porte.....	181
2.10	Conceitos complementares do Código Civil.....	182
2.10.1	Sociedade dependente de autorização.....	182
2.10.1.1	Sociedade nacional.....	182
2.10.1.2	Sociedade estrangeira.....	183
2.11	Sociedades <i>off-shore</i>	184
2.12	Responsabilidade patrimonial dos sócios e dos administradores.....	186

2.12.1	Aspectos gerais	186
2.12.2	Regras gerais de responsabilidade.....	186
2.12.3	Regras específicas dos tipos societários	186
2.12.3.1	Sociedades limitadas	186
2.12.3.2	Sociedades por ações.....	187
2.12.4	Principais hipóteses de responsabilidade definidas em leis especiais	188
2.12.4.1	Dívidas fiscais	188
2.12.4.2	Dívidas trabalhistas.....	188
2.12.4.3	Falência	189

3

Títulos de Crédito

3.1	Teoria geral dos títulos de crédito.....	191
3.2	Origem histórica	192
3.3	Definição.....	193
3.4	Características essenciais dos títulos de crédito	193
3.4.1	Cartularidade	193
3.4.2	Autonomia	194
3.4.2.1	Abstração.....	195
3.4.2.2	Inoponibilidade de exceções.....	195
3.4.3	Literalidade	198
3.5	Sistemática legal dos títulos de crédito e o Código Civil.....	198
3.6	Classificação dos títulos de crédito.....	199
3.6.1	Quanto à natureza	200
3.6.1.1	Títulos de crédito causais.....	200
3.6.1.2	Títulos de crédito abstratos.....	200
3.6.2	Quanto ao modo de circulação	200
3.6.2.1	Títulos de crédito à ordem	200
3.6.2.2	Títulos de crédito ao portador.....	201
3.6.2.3	Títulos de crédito nominativos	202
3.6.3	Quanto à estrutura jurídica.....	203

	3.6.3.1	Ordens de pagamento	203
	3.6.3.2	Promessas de pagamento	203
3.7		Elementos conexos à matéria títulos de crédito.....	203
	3.7.1	Endosso e cessão de crédito	204
	3.7.1.1	Endosso	204
	3.7.1.2	Cessão de crédito	205
	3.7.2	Aval e fiança.....	206
	3.7.2.1	Aspectos gerais das garantias no direito brasileiro	206
	3.7.2.2	Formas de aval	207
	3.7.3	Protesto	207
	3.7.3.1	Definição	207
	3.7.3.2	Características gerais	208
	3.7.3.3	Motivos legais para o protesto	208
	3.7.3.4	Modalidades de protesto	209
	3.7.3.5	Prazos para protesto.....	209
	3.7.3.6	Cancelamento de protesto e sustação de protesto .	210
	3.7.4	Ação executiva cambial	210
3.8		Títulos de crédito em espécie	211
	3.8.1	Letra de câmbio	211
	3.8.1.1	Definição	211
	3.8.1.2	Partes na letra de câmbio.....	211
	3.8.1.3	Características gerais	212
	3.8.1.4	Requisitos essenciais.....	212
	3.8.1.5	Aceite da letra de câmbio	213
	3.8.1.6	Vencimento.....	214
	3.8.1.7	Vencimento antecipado	215
	3.8.1.8	Ressaque da letra de câmbio.....	215
	3.8.1.9	Duplicata da letra de câmbio.....	215
	3.8.1.10	Protesto da letra de câmbio	215
	3.8.1.11	Prazos para a propositura de ação executiva baseada na letra de câmbio	216
	3.8.1.12	Modelo de letra de câmbio	217
	3.8.2	Nota promissória	217
	3.8.2.1	Definição	217

3.8.2.2	Partes na nota promissória	218
3.8.2.3	Características gerais	218
3.8.2.4	Requisitos essenciais	218
3.8.2.5	Protesto da nota promissória.....	219
3.8.2.6	Prazos para a propositura de ação executiva baseada na nota promissória	219
3.8.2.7	Modelo de nota promissória.....	220
3.8.3	Cheque	220
3.8.3.1	Definição	220
3.8.3.2	Partes no cheque	220
3.8.3.3	Características gerais	221
3.8.3.4	Requisitos essenciais.....	221
3.8.3.5	Prazo de apresentação ao banco sacado.....	222
3.8.3.6	Do pagamento do cheque.....	222
3.8.3.7	Hipóteses de não pagamento de cheque pelo sacado.....	224
3.8.3.8	Modalidades de cheque.....	225
3.8.3.9	Prazos para protesto do cheque.....	227
3.8.3.10	Cheque pré-datado e cheque pós-datado	227
3.8.3.11	Prazos prescricionais do cheque	230
3.8.3.12	Modelo de cheque	230
3.8.4	Duplicata	231
3.8.4.1	Definição	231
3.8.4.2	Partes na duplicata	232
3.8.4.3	Características gerais	232
3.8.4.4	Requisitos essenciais.....	233
3.8.4.5	Aceite da duplicata mercantil.....	234
3.8.4.6	Prazos para protesto da duplicata.....	235
3.8.4.7	Prazos prescricionais para a propositura de ação executiva baseada em duplicata	235
3.8.4.8	Duplicata virtual	236
3.8.4.9	Modelos de duplicata	238
3.9	Títulos de crédito próprios e impróprios.....	241

3.9.1	Títulos de crédito próprios	241
3.9.2	Títulos de crédito impróprios	242
3.9.2.1	Títulos representativos	242
3.9.2.2	Títulos de financiamento	244
3.9.2.3	Títulos de investimento	247

4

Contratos Empresariais

4.1	Introdução: fatos, atos e negócios jurídicos	249
4.2	Fontes das obrigações	249
4.2.1	Lei	249
4.2.2	Contrato	250
4.2.3	Ato ilícito	250
4.2.4	Declaração unilateral de vontade	250
4.3	Modalidades de obrigações	250
4.3.1	Obrigações de dar	250
4.3.2	Obrigações de fazer	251
4.3.3	Obrigações de não fazer	251
4.4	Condições de validade dos contratos	251
4.5	Fundamentos da teoria geral dos contratos	251
4.5.1	Limitação da liberdade de contratar pela função social do contrato	251
4.5.2	Exceção do contrato não cumprido	252
4.5.3	Teoria da imprevisão	252
4.6	Formas de ruptura e extinção do vínculo contratual	253
4.6.1	Invalidação	253
4.6.2	Dissolução do vínculo contratual	253
4.7	Regimes jurídicos aplicáveis às relações contratuais	254
4.8	Contratos mercantis e contratos empresariais	255
4.9	Contratos empresariais em espécie	256
4.9.1	Mandato empresarial	256
4.9.1.1	Definição	256
4.9.1.2	Características gerais	257

4.9.1.3	Obrigações do mandante e do mandatário	258
4.9.1.4	Hipóteses de extinção do mandato empresarial	258
4.9.2	Comissão empresarial.....	259
4.9.2.1	Definição	259
4.9.2.2	Características gerais	260
4.9.2.3	Responsabilidade do comissário	260
4.9.2.4	Hipóteses de extinção da comissão empresarial	261
4.9.3	Representação comercial autônoma	261
4.9.3.1	Definição	261
4.9.3.2	Características gerais	263
4.9.3.3	Elementos do contrato de representação comercial autônoma.....	264
4.9.3.4	Hipóteses de rescisão do contrato de representação comercial	265
4.9.4	Franquia empresarial “franchising”	266
4.9.4.1	Definição	266
4.9.4.2	Características gerais	267
4.9.4.2.1	Contrato de engenharia ou projeto....	267
4.9.4.2.2	Contrato de gerenciamento empresarial	267
4.9.4.2.3	Contrato de publicidade.....	268
4.9.4.3	Obrigações do franqueador	268
4.9.4.4	Obrigações do franqueado	270
4.9.5	Agência e distribuição	271
4.9.5.1	Definição	271
4.9.5.2	Distribuição-aproximação e distribuição-intermediação	272
4.9.5.3	Características gerais	273
4.9.5.4	Obrigações das partes	274
4.9.6	Concessão comercial	274
4.9.6.1	Definição	274
4.9.6.2	Características gerais	275
4.9.6.3	Direitos e deveres das partes.....	276
4.9.6.4	Convenções	278

	4.9.6.4.1	Convenções das categorias econômicas	278
	4.9.6.4.2	Convenções de marca.....	278
	4.9.6.5	Hipóteses de rescisão contratual.....	280
4.9.7		Compra e venda empresarial.....	280
	4.9.7.1	Definição.....	280
	4.9.7.2	Características gerais.....	281
	4.9.7.3	Formas de classificação.....	282
	4.9.7.3.1	Quanto ao modo de execução.....	282
	4.9.7.3.2	Quanto à forma de apresentação das mercadorias.....	282
	4.9.7.4	Obrigações das partes.....	283
	4.9.7.5	Incoterms.....	283
	4.9.7.5.1	Vendas efetuadas na partida (identificadas pelas letras E-F-C).....	284
	4.9.7.5.2	Vendas efetuadas na chegada (identificadas pela letra D).....	286
	4.9.7.6	Cláusulas especiais à compra e venda.....	286
	4.9.7.6.1	Retrovenda.....	286
	4.9.7.6.2	Venda a contento e venda sujeita a prova.....	287
	4.9.7.6.3	Preempção ou preferência.....	287
	4.9.7.6.4	Compra e venda com reserva de domínio.....	288
	4.9.7.6.5	Venda sobre documentos.....	289
	4.9.7.7	Contrato estimatório.....	289
4.9.8		Alienação fiduciária em garantia.....	289
	4.9.8.1	Definição.....	289
	4.9.8.2	Características gerais.....	291
	4.9.8.3	Requisitos essenciais do contrato de alienação fiduciária em garantia.....	292
4.9.9		Arrendamento mercantil “leasing”.....	293
	4.9.9.1	Definição.....	293
	4.9.9.2	Características gerais.....	294

4.9.9.3	Modalidades de arrendamento mercantil	295
4.9.9.3.1	<i>Leasing</i> financeiro	295
4.9.9.3.2	<i>Leasing</i> operacional.....	295
4.9.9.4	Da controvérsia jurisprudencial sobre o arrendamento mercantil.....	295
4.9.10	Cartão de crédito	297
4.9.10.1	Definição	297
4.9.10.2	Fases da operação do cartão de crédito.....	297
4.9.10.2.1	Emissão do cartão	297
4.9.10.2.2	Utilização do cartão pelo titular ou cotitular	297
4.9.10.2.3	Pagamento do saldo devedor à operadora.....	298
4.9.11	Faturização “factoring”	299
4.9.11.1	Definição	299
4.9.11.2	Características gerais	300
4.9.11.3	Modalidades	300
4.9.11.3.1	<i>Conventional factoring</i>	300
4.9.11.3.2	<i>Maturity factoring</i>	300
4.9.11.4	Da natureza jurídica do contrato de faturização....	301
4.9.12	Contratos bancários	301
4.9.12.1	Definição	301
4.9.12.2	Operações passivas	302
4.9.12.2.1	Depósito bancário	302
4.9.12.2.2	Conta-corrente.....	303
4.9.12.2.3	Aplicação financeira.....	303
4.9.12.3	Operações ativas	303
4.9.12.3.1	Mútuo bancário.....	303
4.9.12.3.2	Desconto bancário	304
4.9.12.3.3	Abertura de crédito	304
4.9.12.3.4	Crédito documentário.....	304
4.9.13	Seguro	305
4.9.13.1	Definição	305

4.9.13.2	Elementos do contrato de seguro	305
4.9.13.3	Características gerais	306
4.9.13.4	Obrigações das partes	307
4.9.13.4.1	Obrigações da seguradora	307
4.9.13.4.2	Obrigações do segurado	307
4.9.13.5	Gêneros de seguro	308
4.9.13.5.1	Seguro de dano	308
4.9.13.5.2	Seguro de pessoa	309
4.9.13.5.3	Seguro-saúde	309
4.9.14	Locação comercial ou empresarial	310

5

Falência e Recuperação de Empresas

5.1	Aspectos gerais	313
5.2	Falência	315
5.2.1	Definição	315
5.2.2	Abrangência	316
5.2.3	Características gerais	319
5.2.4	Fases do processo falimentar	320
5.2.4.1	Fase preliminar ou declaratória	320
5.2.4.2	Fase de arrecadação de bens e classificação de créditos	321
5.2.4.3	Fase de liquidação ou satisfativa	321
5.2.5	Hipóteses legais de caracterização da falência	321
5.2.5.1	Impontualidade	321
5.2.5.2	Prática de atos de falência	322
5.2.5.3	Autofalência	324
5.2.6	Formas de manifestação do devedor	325
5.2.6.1	Depósito elisivo	325
5.2.6.2	Hipóteses elisivas da falência	325
5.2.6.3	Outras defesas	326
5.2.7	Do juízo falimentar	327

5.2.8	Sentença declaratória da falência.....	327
5.2.8.1	Termo legal da falência.....	329
5.2.8.2	Recursos cabíveis.....	330
5.2.8.3	Formação da massa falida.....	331
5.2.8.4	Continuação do negócio na falência.....	331
5.2.9	Efeitos da sentença declaratória da falência.....	331
5.2.9.1	Efeitos em relação aos direitos dos credores.....	332
5.2.9.2	Efeitos em relação à pessoa do falido.....	333
5.2.9.3	Efeitos em relação aos sócios e aos administradores da sociedade falida.....	334
5.2.9.4	Efeitos em relação aos bens do falido.....	336
5.2.9.4.1	Patrimônio de afetação.....	339
5.2.9.5	Efeitos em relação às obrigações e aos contratos do falido.....	341
5.2.10	Pedido de restituição e embargos de terceiro.....	344
5.2.11	Ineficácia de atos praticados pelo devedor antes da falência..	345
5.2.12	Administração da falência.....	348
5.2.12.1	Administrador judicial.....	349
5.2.12.2	Comitê de credores.....	353
5.2.12.3	Assembleia geral de credores.....	353
5.2.13	Verificação dos créditos na falência.....	354
5.2.14	Classificação dos créditos.....	356
5.2.15	Liquidação do ativo.....	358
5.2.15.1	Realização do ativo.....	358
5.2.15.2	Pagamento dos créditos na falência.....	363
5.2.16	Término da falência.....	363
5.2.16.1	Encerramento do processo falimentar.....	364
5.2.16.2	Extinção das obrigações do falido.....	365
5.3	Recuperação de empresas.....	367
5.3.1	Introdução.....	367
5.3.2	Recuperação judicial.....	368
5.3.2.1	Definição.....	368

5.3.2.2	Características gerais	369
5.3.2.3	Requisitos da recuperação judicial.....	369
5.3.2.4	Direitos dos credores na recuperação judicial	370
5.3.2.5	Meios de recuperação judicial.....	373
5.3.2.6	Órgãos da recuperação judicial	375
5.3.2.7	Processo de recuperação judicial.....	379
5.3.2.8	Plano especial de recuperação judicial	387
5.3.2.9	Convolução da recuperação judicial em falência ...	388
5.3.3	Recuperação extrajudicial	389
5.3.3.1	Definição	389
5.3.3.2	Características gerais	390
5.3.3.3	Requisitos da recuperação extrajudicial.....	390
5.3.3.4	Direitos dos credores na recuperação extraju- dicial	390
5.3.3.5	Homologação do plano de recuperação extraju- dicial.....	392
5.3.3.6	Procedimento de homologação do plano de recu- peração extrajudicial.....	394
5.3.3.7	Crimes falimentares.....	396
5.3.3.8	Disposições processuais penais na LFRE	400
5.4	Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.....	401
5.4.1	Entidades sujeitas à intervenção e à liquidação extrajudicial.	401
5.4.2	Intervenção extrajudicial.....	402
5.4.2.1	Definição	402
5.4.2.2	Aspectos gerais	402
5.4.2.3	Do processo da intervenção	402
5.4.2.4	Cessação do regime de intervenção extrajudicial..	404
5.4.2.5	Regime de Administração Especial Temporária (Raet).....	405
5.4.3	Liquidação extrajudicial	406
5.4.3.1	Definição	406
5.4.3.2	Aspectos gerais	406

5.4.3.2.1	Decretação <i>ex officio</i> motivada por causas econômicas que possam acarretar a insolvência da instituição financeira e prejuízos aos seus credores (art. 15, <i>a e c</i>)	406
5.4.3.2.2	Decretação <i>ex officio</i> motivada como punição administrativa ao descumprimento de normas legais (art. 15, I, <i>b e d</i>).....	406
5.4.3.2.3	Decretação motivada por pedido dos administradores da própria instituição financeira (art. 15, II).....	407
5.4.3.3	Processo de liquidação extrajudicial	407
5.4.3.4	Hipóteses de extinção do processo de liquidação extrajudicial.....	411
5.4.4	Responsabilidade dos administradores de instituições financeiras	411
5.4.4.1	Declaração de indisponibilidade de bens	411
5.4.4.2	Instauração de inquérito administrativo	412

6

Propriedade Industrial

6.1	Propriedade intelectual e propriedade industrial	415
6.2	Propriedade industrial e direito da propriedade industrial	416
6.3	Aspectos jurídico-constitucionais.....	417
6.4	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).....	418
6.5	Das formas de proteção à propriedade industrial no Brasil – Patentes e registros	418
6.5.1	Patentes	418
6.5.1.1	Processo de concessão de patente	420
6.5.2	Registros.....	421
6.5.2.1	Processo de concessão de registro	421
6.6	Modalidades de propriedade industrial	422
6.6.1	Invenções	422
6.6.2	Modelos de utilidade	423

6.6.3	Desenhos industriais	425
6.6.4	Marca.....	425
6.6.4.1	Classificação das marcas quanto à sua natureza	426
6.6.4.2	Classificação das marcas quanto à sua forma.....	427
6.6.4.3	Requisitos de registrabilidade de marcas.....	427
6.7	Indicações geográficas.....	432
6.8	Dos crimes contra a propriedade industrial.....	433
6.8.1	Crimes contra as patentes.....	434
6.8.2	Crimes contra os desenhos industriais	435
6.8.3	Crimes contra as marcas	435
6.8.4	Crimes cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda	436
6.8.5	Crimes contra indicações geográficas e demais indicações	436
6.8.6	Crimes de concorrência desleal	436
6.9	Medidas judiciais	438
6.10	Nome empresarial, marca e nome de domínio na internet.....	439
	Referências Bibliográficas	441